

Programa da **Chapa 2 “Mudar ADUFRJ pela Base”**

Diretoria da Adufrj-SSind – Biênio 2023-2025

As eleições para a nova diretoria da Adufrj-SSind para o biênio 2023-2025 ocorrem em uma conjuntura desafiadora para as universidades públicas brasileiras e para a UFRJ em particular. Está em pauta no Congresso Nacional a votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024 e as IFES têm sofrido um contexto de brutal contingenciamento de recursos, o que as pressiona a um significativo desfinanciamento. Aprofundando a problemática, no horizonte reivindicado pelo Governo Federal, a proposta do Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023) limita recursos para as áreas sociais, com rebatimentos para a realização de concursos públicos e para a recomposição salarial da(o)s servidora(e)s federais. Outra ameaça iminente do período materializa-se com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, a da “contrarreforma administrativa” que, caso seja aprovada, pode consolidar o desmonte das políticas sociais e do serviço público.

Nesta conjuntura política, ainda que o fascismo tenha sido derrotado nas urnas, seu enraizamento se espalha em escolas, igrejas, associações, clubes de tiro, meios de comunicação e universidades públicas. Em meio a um cenário de desmonte do enfraquecido estado de direitos e garantias sociais que foi engendrado com a Constituição Federal de 1988, culminando em um cenário de fome, miséria e desemprego; ideologias, políticas e práticas fascistas articulam um ressentimento que é expressão deste momento histórico. A Adufrj-SSind é a maior seção sindical do ANDES-SN e a(o)s estudantes e trabalhadora(e)s são impactados cotidianamente por este cenário devastador.

Na educação pública, a lógica gerencial e privatista continua em curso e, para que ocorram mudanças necessárias imediatas, o Governo Federal,

primeiramente, precisa revogar as medidas vigentes que permitem o avanço do capital sobre a formação e o sentido de educação pública.

Todos os ataques elencados acima comprometem estruturalmente a possibilidade de existência das universidades federais, em relação à sua capacidade de proporcionar ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil por meio de qualidade socialmente referenciada e inclusiva.

Na UFRJ, além dos ataques acima elencados, ainda destacamos a aprovação, sem ampla discussão com a comunidade acadêmica, do "Projeto de Valorização do Patrimônio da UFRJ", que concedeu parte do terreno do campus da Praia Vermelha para exploração comercial por uma empresa privada, uma forma de privatização do patrimônio da UFRJ. Neste sentido, defendemos que a administração superior da UFRJ cumpra a Lei de Acesso à Informação, a transparência por meio da emissão de relatórios e o estabelecimento de processo efetivo de participação democrática da comunidade universitária e de setores da sociedade que sofrerão o impacto desta proposta. Colocamo-nos ainda contrários à deliberação por parte do Consuni, sob inequívoca militância por parte da ex-reitora, de que a UFRJ entregasse o seu complexo hospitalar para direção da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A UNIVERSIDADE PÚBLICA e GRATUITA requer a defesa do ensino, pesquisa e extensão, gestão democrática, autonomia universitária, financiamento (recursos públicos exclusivamente para o setor público), carreira e capacitação docente, padrão unitário de qualidade, avaliação institucional (avaliação interna e externa). Requer a liberdade acadêmica da(o)s docentes no exercício do ensino, pesquisa e extensão nas suas diversas modalidades, e todos os ataques acima interferem diretamente nas condições de trabalho docente e na concepção de universidade pública e gratuita.

A(o)s jovens docentes, muita(o)s dela(o)s de cursos criados pelo REUNI, enfrentam péssimas condições de infraestrutura – falta de gabinetes,

laboratórios, oficinas – e sofrem também com salários do piso da carreira desatualizados, levando anos para alcançarem melhores salários.

A(o)s docentes aposentada(o)s também tiveram grandes perdas nas últimas décadas. Reajustes salariais reduzidos das classes de Assistente e Adjunto e a criação da classe de Associado só para a(o)s ativa (o)s, além da criação da contribuição previdenciária da(o)s aposentada(o)s pela Emenda Constitucional 41, tornaram os salários destes últimos cada vez menores em relação aos colegas ativa(o)s.

Assim, pensamos que a Adufrj-SSind tem um papel fundamental na proteção do trabalho docente e de interesse público, sem resvalar para soluções individuais, baseadas em empreendedorismo acadêmico. A luta coletiva construída pela base é que vai nos proteger e nos amparar contra todas as formas de sua precarização, inclusive a desvalorização salarial. É este o sentido das lutas por mais verbas para educação, por infraestrutura de trabalho adequada, por aumento de salários e por um plano de carreira e aposentadoria mais justos.

A Chapa 2 “Mudar ADUFRJ pela Base” compreende que nos últimos anos, a Adufrj-SSind tem sido dirigida por um grupo que adota práticas antidemocráticas e antissindicais sob a forma de slogans vazios, com assembleias que se tornam espaços para meramente referendar posições da diretoria, pois o próprio ato de votar é dissociado da existência de debate. O aparelhamento da entidade por este grupo salta aos olhos e foi conivente com propostas como a que tem causado prejuízo para nossas progressões e promoções funcionais, com a privatização (sob forma de cessão) de expressiva parte do campus da Praia Vermelha e a adesão do complexo hospitalar para a empresa EBSEH.

Queremos uma Adufrj-SSind democrática a partir da base, autônoma em relação à reitoria e ao governo federal, que defenda as pautas de nossa

categoria, mantendo-se integrada à luta antirracista, feminista, anticapacitista, antixenofóbica e ecossocialista.

Defendemos que nossa seção sindical seja um instrumento de luta para alcançar uma universidade pública financiada com recursos públicos, socialmente referenciada e inclusiva.

Ao apresentar o seu Programa, a **Chapa 2 “Mudar ADUFRJ pela Base”** convida toda(o)s docentes da UFRJ a refletir sobre a conjuntura e a avaliar a relevância de restabelecer o diálogo da seção sindical com o conjunto do Andes-SN, ao lado das entidades democráticas que zelam pelos direitos humanos e sociais para que, junta(o)s, possamos nos somar praticando a unidade indispensável para assegurar uma universidade pública como um precioso patrimônio da sociedade brasileira.

A Adufrj-SSind deve estar à altura dos desafios do tempo presente, com prática sindical autônoma e democrática, independente em relação às políticas da reitoria e dos governos. O diálogo com as reitorias, governos e partidos deve ser efetivado, mas sempre a partir do posicionamento esclarecido e democrático do conjunto da categoria, pois a organização sindical fortalece as demandas docentes. A Adufrj-SSind deve atuar de forma decisiva - com estudantes, técnica(o) -administrativa(o)s, entidades científicas e movimentos sociais do país - na defesa dos direitos sociais e da Universidade Pública, Gratuita e Socialmente Referenciada, com condições equânimes e dignas de trabalho e estudo. Neste sentido, **Chapa 2 “Mudar ADUFRJ pela Base”** propõe LUTAR:

1. Políticas Sindicais Local e Geral

- Defender um projeto de educação pública, gratuita, democrática, laica e com financiamento público, lutando pelas liberdades democráticas de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento crítico;

- Fortalecer a democracia interna e participação da(o)s docentes nas instâncias da seção sindical: assembleias deliberativas (multicampi), conselho de representantes, reuniões de unidades e grupos de trabalho locais;

- Construir um sindicato forte, combativo, classista, autônomo com relação aos governos, à administração da UFRJ (reitoria, decanias e diretorias das unidades) e aos partidos políticos, comprometido com as lutas e com a defesa dos direitos conquistados pela categoria docente e pelos demais trabalhadora(e)s do país;

- Convocar regularmente a Assembleia Geral, precedida de reuniões da(o)s docentes nas unidades acadêmicas e do Conselho de Representantes, com o objetivo de se estabelecer a formulação de propostas e construção da pauta da Assembleia Geral, incluindo na mesma as reivindicações apresentadas pela(o)s docentes. Este processo pressupõe que, sem a participação e a mobilização da categoria, nenhuma proposta, por mais bem intencionada, elaborada e defendida, terá chance de êxito;

- Reunir a Assembleia Geral de forma presencial simultaneamente em vários locais com coordenação centralizada num deles, viabilizando a participação na reunião de docentes dos vários campi e unidades isoladas da UFRJ;

- Fortalecer a articulação da Adufrj-SSind com o Campus de Macaé, viabilizando assembleias multicampis que fortalecem a mobilização sindical no campus e contribua para que a Seção Sindical se transforme em um espaço de mobilização e solidariedade entre a categoria docente;

- Encaminhar as votações da Assembleia Geral a partir dos debates feitos nas unidades acadêmicas, no Conselho de Representantes e durante a própria reunião, afastando a possibilidade dessas votações se tornarem meros referendos de decisões já tomadas;

- Cumprir rigorosamente as deliberações da Assembleia Geral, sejam elas favoráveis ou contrárias às propostas da Diretoria;

- Promover ações para a participação da(o)s sindicalizada(o)s aposentada(o)s da seção sindical nas atividades políticas, sociais, culturais e reivindicativas da Adufrj-SSind;

- Defender a previdência social pública, por meio do regime de repartição, garantindo à(o)s docentes aposentadoria com proventos integrais e isonômicos entre ativa(o)s e aposentada(o)s e informar aos nova(o)s docentes dos riscos da filiação à FUNPRESP;

- Recuperar o papel do jornal da Adufrj-SSind como instrumento de comunicação sindical crítica e investir na publicação de uma revista da seção sindical de alto padrão de qualidade gráfica e de conteúdo;

- Construir pauta de luta local: contra o assédio moral, o assédio sexual, o capacitismo, a discriminação étnico-racial e de gênero e a nacionalidade, e a favor de condições adequadas de trabalho, de segurança nos campi, de simplificação da burocracia no acesso a direitos como aposentadoria, licença, afastamentos, licença por doença, promoção e progressão na carreira docente;

- Realizar plenárias com a participação de outros segmentos da UFRJ e entidades representativas da UFRJ (DCE, APG, SINTUFRJ e ATTUFRJ), com o objetivo de unificar pautas de lutas em comum;

- Lutar de forma unificada com os demais movimentos sindicais e sociais contra a contrarreforma Administrativa (PEC 32/2020) e o Arcabouço Fiscal;

- Defender a liberdade sindical para todas as organizações de trabalhadora(o)s, especialmente para a(o)s trabalhadora(e)s das empresas terceirizadas da UFRJ;

- Articular os encaminhamentos aprovados localmente nas Assembleias Gerais da Adufrj-SSind com as ações regionais e nacionais provenientes do sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior (Andes-SN) e nas instâncias dos demais movimentos sociais, tanto

internos quanto externos à UFRJ, na perspectiva do fortalecimento do potencial político e da unidade de ação, considerando-os elementos indispensáveis para a defesa dos direitos da(o)s docentes e da(o)s demais trabalhadora(e)s;

- Trazer as questões debatidas nos espaços nacionais do Andes-SN para os espaços locais da UFRJ e para a Assembleia Geral, efetivando a participação no Andes-SN da(o)s filiada(o)s à Adufrj-SSind, por meio de um processo de retroalimentação;

- Realizar atos políticos-culturais construídos com a Secretaria Regional do Andes-SN e as seções sindicais do Rio de Janeiro;

- Retomar na Adufrj-SSind os grupos de trabalho temáticos, em consonância com os existentes no Andes-SN que têm como objetivo produzir, apresentar e divulgar análises sobre as diversas políticas e dimensões do Sindicato;

- Fortalecer a participação da(o)s docentes nas instâncias do Andes-SN: Congressos, Conad, reunião dos setores, grupos de trabalho, comissões, seminários, cursos, dentre outros;

- Fortalecer a luta antirracista junto ao Andes-SN, promovendo a ampliação de debates e construção de políticas nacionais para a erradicação, combate e enfrentamento do racismo nas universidades com participação no GTPCEGDS - Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual;

- Realizar e participar de cursos de formação político-sindical no Andes-SN, com as secretarias regionais e as seções sindicais do Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer parcerias com movimentos sociais (como por exemplo, a Escola Florestan Fernandes) e promover publicações sobre a realidade social com editoras interessadas no debate político cultural crítico;

- Discutir com a categoria a construção de uma sede própria para a Adufrj-SSind, que possa se tornar um espaço de referência das lutas de resistência e conquista da categoria docente na UFRJ.

- Discutir com a categoria docente, por meio de assembleias, e propor ao Congresso do ANDES-SN a discussão sobre valor das contribuições sindicais em meio ao rebaixamento salarial da categoria docente e os desafios colocados para a luta e manutenção de direitos da AdUFRJ;

2. Política Educacional Universitária

- Defender a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão: defesa do ensino como educação presencial; rejeição ao Reuni Digital, ao Future-se e eventuais programas que reforcem a EaD, como o ensino híbrido e a plataformização da educação em articulação com estudantes e TAEs;

- Defesa da extensão para identificar e acompanhar problemas sociais relevantes, propiciar o diálogo de experiências e saberes entre a universidade e demais segmentos da sociedade, como movimentos sociais, associações de moradores, representantes da cultura e da educação básica e público em geral, sem submeter-se a interesses de mercado;

- Defesa da pesquisa como política de Ciência e Tecnologia concebida para atender às necessidades do desenvolvimento social; recomposição e ampliação urgente dos recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, atendendo às necessidades da sociedade, à justiça climática e ambiental e à soberania nacional, bem como de políticas de ampliação e democratização da distribuição de recursos, tendo como base a autonomia universitária e a produção de conhecimento socialmente referenciado, combatendo o produtivismo acadêmico e seus impactos nas condições de trabalho da(o)s docentes;

- Lutar para que os recursos do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT) sejam integralmente aplicados em C&T públicas.

Exigir que não haja contingenciamentos dos recursos, lutando pela inclusão do saldo de anos-exercício anteriores que não foram gastos;

- Lutar em conjunto com as seções sindicais do ANDES-SN do Rio de Janeiro para que a FAPERJ tenha vinculação de recursos;

- Debater e se posicionar contrária à lógica produtivista, gerencialista e meritocrática aplicada à avaliação dos programas de pós-graduação das IES, com a extinção do ranqueamento produtivista;

- Defender a construção de um sistema de avaliação participativo, democrático e transparente, que preze pela qualidade e contextualização do trabalho realizado e que permita a potencial melhoria de todos os programas de pós-graduação das instituições públicas do RJ e do Brasil;

- Defender e lutar por um sistema de avaliação e financiamento da pós-graduação que respeite as particularidades, especialmente as diferenças regionais da produção de conhecimento científico e para publicização das diversas áreas e culturas científicas. Em especial, contemplando as condições mais precarizadas das mulheres com tripla ou quádrupla jornada de trabalho;

- Lutar pela recomposição e ampliação do orçamento público para a pesquisa pública. Que a CAPES faça a distribuição de recursos com vistas a melhora dos programas de pós-graduação, especialmente daqueles que ainda não estão consolidados. E também por orçamento adequado para o CNPq e para a FINEP, com chamamentos públicos que estejam voltados para os interesses da classe trabalhadora;

- Intensificar a luta com o Movimento Estudantil para reajuste inflacionário das bolsas de ensino, pesquisa e extensão;

- Lutar pela garantia das condições adequadas para o exercício docente segundo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e do padrão unitário de qualidade, garantindo à(o)s docentes espaços adequados e o suporte técnico necessário à manutenção e ampliação de seus projetos de trabalho;

- Defender as condições de trabalho com salário digno, a recomposição orçamentária da UFRJ e a articulação permanente com as propostas oriundas da categoria docente;

- Lutar contra a precarização do trabalho da(o)s docentes, em especial contra contratações na modalidade de prestação de serviço ou de temporário ou de tutores de cursos online, em substituição à contratação efetiva de docentes por concurso público;

- Lutar contra os prejuízos psíquicos, físicos e materiais que atingem a saúde de toda(o)s docentes e principalmente das docentes que também são responsáveis por extensas jornadas de cuidado no âmbito da reprodução social da vida familiar, com reforço ao GT de Parentalidade e equidade de gênero;

- Discutir na Assembleia Geral da Adufrj-SSind, medidas de enfrentamento aos processos de adoecimento docente em decorrência da sobrecarga de trabalho, em especial decorrente dos processos de burocratização das atividades cotidianas, como prazos exíguos, editais com exigências irrazoáveis para as disputas por recursos internos na universidade; ausência de suporte técnico ao trabalho docente, falta de recursos que impactam na utilização de banheiros, disponibilidade para impressões, recursos tecnológicos, refrigeração das salas de aula; etc.

- Defender o Projeto de Carreira Única do Andes-SN para o Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico atuando no ensino, na pesquisa e na extensão, garantidas as especificidades de cada nível de ensino;

- Lutar no combate às barreiras para promoções e progressões na UFRJ, exigindo-se a revogação das Resoluções aprovadas pelo Conselho Universitário que retiram direitos da(o)s docentes;

- Lutar e defender que promoções e progressões sejam concedidas a partir da data em que se completa o interstício, tanto em termos financeiros

quanto administrativos, assim como reivindicar a retomada das progressões múltiplas para fins de concessão de progressão funcional em mais de um nível por vez;

- Defender a ampliação dos concursos docentes para a carreira do ensino superior e, em especial, para a carreira EBTT;

- Lutar pela isonomia entre a(o)s docentes da carreira EBTT e da carreira do Magistério Superior no que se refere ao controle de frequência por meio de ponto eletrônico, conforme Decreto nº 1867/96;

- Lutar pela revogação imediata da contrarreforma do Ensino Médio, assim como da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), da BNC-Formação (Base Nacional Comum de Formação de Professores) e que o Ministério da Educação lidere uma ação para desmilitarizar as escolas;

- Defender a implementação de eleições diretas, no mínimo paritárias, e a conseqüente democratização das IES, especialmente revogando a Lei nº 9.192/95 e demais instrumentos legais que impõem a lista tríplice para escolha, pelo governo, da(o)s reitora(e)s, tornando os conselhos abertos aos interesses da(o)s docentes, da(o)s técnica(o)-administrativa(o)s e da(o)s estudantes;

- Estimular a construção dos Encontros Nacionais de Educação como espaço amplo e plural de luta alicerçada na formulação de uma política educacional democrática, classista e popular;

- Organizar plenárias com a participação das entidades estaduais e regionais da educação para a realização do IV Encontro Nacional de Educação de acordo a CONEDEP;

- Que a Adufrj-SSind se torne um espaço de referência no acolhimento, assessoria jurídica, ações de solidariedade, construção de medidas de reparação e luta concreta em relação aos diversos casos de Racismo na universidade;

- Que a Adufrj-SSind atue no acompanhamento, articulação, intervenção e centralização das diversas políticas antirracistas, anticapacitistas e de equidade de gênero na UFRJ, pautando os entendimentos administrativos da universidade a partir da mobilização da categoria docente e da comunidade acadêmica, bem como de consulta deliberativa nas assembleias docentes;

- Cobrar da reitoria e dos gestores responsáveis, a disponibilização de dados sobre a composição étnico racial e de gênero dos cargos de direção da universidade, no intuito de avançar da construção de uma educação antirracista e feminista;

- Apoiar e defender a ampliação da luta antirracista na universidade, cobrando da reitoria a elaboração de medidas, protocolos e ações efetivas de sanção a(o)s autora(e)s e de acolhimento às vítimas de racismo na universidade;

- Lutar pela continuidade e ampliação das políticas afirmativas de ingresso e permanência para a Educação Básica, graduação, pós-graduação e concursos para servidora(e)s técnica(o)-administrativa(o)s e docentes, dentre elas, cotas sociais, para pessoas com deficiência, étnico-raciais e para indígenas;

- Construir encontros de mulheres sindicalizadas para identificar formas de opressão presentes no processo de trabalho e políticas efetivas por condições de igualdade - a partir de desiguais condições de vida e de jornada de trabalho postas às mulheres no trabalho e no desenvolvimento da carreira docente/pesquisadora.

- Lutar contra qualquer processo de contratação da Ebserh para comandar as gestões da rede de hospitais universitários da UFRJ;

- Combater a privatização de áreas da UFRJ, que transforma o *campi* universitário em ativos imobiliários cedendo ao capital uma extensa área,

como falsa solução aos recorrentes cortes de verbas das universidades federais;

- Combater a adoção de cursos pagos na UFRJ.

Nesse processo de sucessão da Adufrj-SSind, o que está em disputa é uma concepção de representação da categoria, diferente do associativismo esvaziado, de aparelho e antidemocrático, que não nos fortalece; mais ainda, o que está em disputa são as concepções sindicais e de universidade pública!

É por isso que nós, docentes, independentes ou organizada(o)s em coletivos de diversas naturezas, consideramos que a Adufrj-SSind precisa mudar, para que seja um pólo agregador das lutas e reivindicações da categoria, entendemos que o processo eleitoral deve servir como um momento importante de reflexão e ação.

Convidamos a(o)s companheira(o)s a somarem conosco no fortalecimento das lutas da categoria e da classe trabalhadora em geral na construção de um movimento plural e diverso, baseado na democratização radical de nossa entidade na conquista e garantia de direitos.

Vamos junta(o)s mudar a ADUFRJ!

Por melhores condições de trabalho!

Por aumento salarial!

Nenhum direito a menos!

Contra o aparelhamento de nossa entidade!

Pela autonomia frente a reitorias, partidos e governo!

Por uma ADUFRJ plural, diversa, inclusiva e democrática!

Nos dias 13 e 14 de setembro vote

Chapa 2 “Mudar ADUFRJ pela Base”